

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE

ORIGEM DA LICITAÇÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global por LOTE.

LOCAL DO PREGÃO: www.bll.org.br Acesso Identificado no link - licitações"

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTA: 18 de Fevereiro de 2019 às 10:30hs

FIM RECEBIMENTOS DAS PROPOSTA: 28 de Fevereiro de 2019 às 18:00hs

INÍCIO DA DISPUTA: 01 de Março de 2019 às 10:30hs

Todos os horários de referência é o horário de Brasília.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, **ANTONIO RAIMUNDO ALEXANDRE DOS SANTOS**, nomeado pela Portaria nº 01.02.003/2019-GAB/PMBV, de 01 de Fevereiro de 2019 e assessorada pela Equipe de Apoio, Sra. Antonia Sônia Vieira Carneiro e o Sr. Davison Rabêlo da Silva, também, nomeado através desta mesma Portaria, juntados ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições contidas na **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, na **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006 e alterações, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Municipal Nº 108, de 28 de Março de 2017 e Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.

Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

- 1. LICITAÇÃO:** O procedimento de que trata o presente edital;
- 2. LICITANTE:** Pessoa jurídica que participa desta licitação;
- 3. HABILITAÇÃO:** Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
- 4. ADJUDICATÁRIA:** Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
- 5. CONTRATANTE:** O Município de Boa Viagem que é signatário do instrumento contratual;
- 6. CONTRATADA:** Pessoa jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;
- 7. PREGOEIRO:** Servidor ou nomeado, designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;
- 8. EQUIPE DE APOIO:** Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência o Pregoeiro durante a realização do pregão;
- 9. AUTORIDADE SUPERIOR:** É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;
- 10. PMBV:** Prefeitura Municipal de Boa Viagem;
- 11. DOE:** Diário Oficial do Estado;
- 12. DOU:** Diário Oficial da União;
- 13. ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, entidade conveniada com o Município de Boa Viagem mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor a partir de 18 de março de 2015.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE**, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste processo, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço por LOTE.

1.2 - Integram este Edital os seguintes anexos:

- **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- **ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;**
- **ANEXO III - DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART.27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93;**
- **ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**
- **ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO MICRO EMPRESA**

2 - DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

2.1- Poderão participar desta licitação pessoa jurídica sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidos neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Boa Viagem e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação e previamente credenciadas perante a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até 01(um) dia antes da data de realização do pregão, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias), e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horários estabelecidos neste edital.

2.1.1- Caberá ao prestador de serviços acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

2.1.2- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo número (41) 30974600 ou através de uma corretora de mercadorias associada. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL poderá ser obtida no site www.bll.org.br, acesso "corretoras".

2.1.3- O licitante deverá estar credenciado, através da corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.1.4- O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato, outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, poderes específicos de sua representação no pregão.
- b) Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação.

2.3- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.4- Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio.

2.5- Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas que não tenham providenciado o credenciamento prévio na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.6- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital diante de alguma irregularidade, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, devendo o Pregoeiro encaminhar à autoridade superior para decidir sobre a petição no prazo de 24 horas, a contar da hora do recebimento do ato que a tenha motivado.

2.7- O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.8- Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.9- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

2.10- Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br.

2.11- As empresas, pessoas jurídicas e as sociedades simples interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.1.4 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

2.12- A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio de corretora contratada para representá-lo, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.13- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.14- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

2.15- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasília responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.16 - A licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento através de uma corretora de mercadorias associada, ou diretamente no site da Bolsa. No caso de optar pelo credenciamento por corretora, a relação completa daquelas vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil poderá ser obtida no site www.bll.org.br. - acesso “corretoras” até no mínimo 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.17 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade;

2.18 - Nas licitações promovidas por órgãos públicos o(s) licitante(s) vencedor(es) estará(ao) sujeito(s) ao pagamento de taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, no percentual de **1,5% (hum vírgula cinco por cento)** do valor do ITEM vencedor do certame, sendo limitado ao valor máximo de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** por LOTE, devendo ser pago até 45 (quarenta e cinco) dias após a adjudicação/homologação;

2.19-A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema e não representa emolumentos ou tarifação pela prestação de serviços, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002;

2.21 -As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site:www.bll.org.br;

2.22 -O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente ou através de corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

3- DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

3.1- O licitante deverá encaminhar proposta de preços, em formulário eletrônico específico, no horário e dia previstos neste edital.

3.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão conter Especificações dos bens de forma clara, descrevendo detalhadamente as características de todos os itens ofertados, que de forma inequívoca identifiquem e constatem as especificações cotadas, conforme termo de referência;

3.3 – Na Ocasão do preenchimento da proposta no sistema deverá ser anexados os documentos de habilitação exigidos no edital.

3.4 – A não inserção de arquivos dos documentos exigidos de habilitação contendo as INFORMAÇÕES das EMPRESAS neste campo, implicará na desclassificação imediata da mesma.

3.5 - Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias;

ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS:

3.5- O licitante não poderá cotar proposta diferente ao determinado pelo edital.

3.6- Na cotação do preço unitário, será admitido o fracionamento do centavo somente no caso da determinação da expressão monetária de valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as razões resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

3.7- Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes aos custos de operacionalização do sistema eletrônico, frete, tributos, e demais ônus atinentes à entrega do objeto, inclusive as alíquotas do ICMS.

3.7.1- O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual de **1,5% (hum vírgula cinco por cento)** a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, sendo limitado ao valor máximo de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** GLOBAL por LOTE, devendo ser pago até 45 (quarenta e cinco) dias após a adjudicação/homologação.

4- DOS LANCES

[Handwritten signature]

4.1- Os lances serão apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão apreciados em face do **VALOR GLOBAL** cotado **para cada LOTE**.

4.2- Participarão da etapa de lances exclusivamente os licitantes que tenham atendido às especificações técnicas e demais requisitos constantes do ANEXO I do edital, excetuando-se preço, cuja análise será após a conclusão da fase de lances.

4.3- Os lances serão apresentados de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes.

4.4- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.5- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

4.6- A etapa de lances terá o tempo inicial de disputa de **05 (cinco) minutos**, cujo fechamento iminente será emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o acréscimo de tempo extra, determinado aleatoriamente pelo sistema, que será no máximo de 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.0- DA HABILITAÇÃO

5.1- Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão apresentar a documentação abaixo, devidamente inserida no portal, para devida análise, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada por cartório competente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de análise dos documentos e encerramento da fase. No caso de cópia autenticada, a cada face de documento reproduzida deverá corresponder uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis, em envelope colado tendo no frontispício os seguintes dizeres:

AO PREGOEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE:

5.2- Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao averso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

5.3- No caso de licitação com objeto dividido em mais de um ITEM o licitante deverá enviar apenas uma vez toda a documentação exigida no edital, e esta será pertinente ao ITEM ou a todos os ITEMS cotados pelo licitante.

5.4- Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que legalmente e com regularidade permita a sua emissão e consulta pela Internet, o Pregoeiro poderá verificar a autenticidade deste através de consulta junto ao respectivo site.

5.5- Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

5.6- Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia da abertura da sessão pública, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, enviar o documento à Comissão nas condições de autenticação, para que seja pensado ao processo de licitação.

6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.2.1- Cópia do Documento de Identificação, do(s) sócio-administrador(es).

6.2.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Contrato Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

6.2.3- **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE CONTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.4- **CONTRATO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da Lei nº 5.764/71;
- II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da Lei nº 5.764/71;
- III) Ata de fundação da cooperativa;
- IV) Ata da assembleia que aprovou o estatuto social;
- V) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- VII) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.

6.2.6- PROVA DE INSCRIÇÃO NA:

- a) Fazenda Federal (CNPJ);
- b) Alvará de funcionamento.

6.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.3.1-Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/14, de 03.10.2017.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal sede do licitante;

6.3.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

6.3.4 - Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme Lei nº 12.440/2011.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA:

6.4-**CERTIDÃO NEGATIVA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica.

6.5 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.5.1 Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, sociedade anônima ou por ações:

Q

- a) Publicadas em Diário Oficial; ou - Publicados em jornal de grande circulação; ou
b) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 6.5.2 As demais formas societárias regidas pelo Código Comercial devem apresentar o balanço do último exercício social que, via de regra, coincide com o ano civil. Tal informação será verificada através dos atos constitutivos societários.
- 6.5.3 As empresas constituídas á menos de um ano apresentarão o Balancete de Verificação referente aos dois últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.
- 6.5.4 As empresas constituídas á menos de dois meses apresentarão o Balanço de Abertura.
- 6.5.5 As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECD), conforme dispõe o art. 3o da Instrução Normativa RFB nº. Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015 da Receita Federal do Brasil. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º da Instrução Normativa RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campeio.

RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.5.6- Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante, acompanhado de documento contratual (previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores), que comprove que o(a) licitante entregou ou esteja entregando itens compatíveis em características com o objeto desta licitação.

6.6- OUTRAS EXIGÊNCIAS:

6.6.1- Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, conforme modelo do Anexo III;

6.7- ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

6.7.1- Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais - da licitante.

6.7.2- Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

6.7.3- Somente serão aceitos os documentos enviados imediatamente via e-mail, não sendo admitido posteriormente, o recebimento pelo Pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues o Pregoeiro, exceto os originais ou cópias autenticadas dos documentos enviados via e-mail;

6.7.4- As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da sessão.

6.7.5- O Pregoeiro poderá, também, solicitar originais de documentos, para fim de verificação, sendo o licitante obrigado a apresentá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

7.0- DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

7.1- O credenciamento prévio na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, deverá ser providenciado até 01 (um) dia antes da data e hora de apresentação das propostas constante do preâmbulo deste edital. No horário e data ali mencionados, o licitante apresentará declaração, constando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela regularidade perante o Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

7.2- A partir da hora e data previstos no edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico pelo Pregoeiro com a divulgação das propostas de preços recebidas, analisadas a conformidade das mesmas

[Handwritten signature]

com as especificações técnicas e demais exigências constantes do edital, excetuando-se a análise de preços, que dar-se-á posteriormente, decidindo motivadamente a respeito, e procedendo a classificação exclusivamente daquelas que tenham atendido às exigências deste edital.

7.3- Os lances serão apresentados de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes.

7.4- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

7.5- Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;

7.6- A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá **ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances;

7.7- Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

7.8- Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

7.9- O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

7.10- A desistência de apresentação de lance por parte de licitante convocado pelo Pregoeiro implica na exclusão do mesmo da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Caso não se realizem lances, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante classificado em 1º lugar para que seja obtido preço melhor.

7.12- Declarada encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade das ofertas no que se refere à exequibilidade do valor e classificará as propostas na ordem crescente dos valores ofertados.

7.13- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

7.13.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.13.2 - Para efeito do disposto no 7.13.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.13.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos neste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta

7.13.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.13.4 - O disposto no item 7.13.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte

7.14 - Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referencia definido pela administração pública.

7.15- Em seguida, a documentação de habilitação do licitante classificado em 1º lugar deverá ser verificada a conformidade dos documentos anexados no sistema com as exigências do edital, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticadas, observados os prazos legais pertinentes.

7.15.1- Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual**, juntamente com a proposta de preços escrita que deverá conter os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, em envelopes colados e identificados com o número do pregão e órgão de origem, para a sede da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, localizada à Praça Monsenhor José Cândido, 100, Centro, nesta cidade de Boa Viagem-CE, CEP: 63.870-000.

7.15.2- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.16 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, e os presentes à sessão serão comunicados.

7.17- Caso o licitante desatenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro solicitará os documentos de habilitação do licitante classificado em 2º lugar - que deverá encaminhá-los imediatamente via e-mail, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, podendo ainda o Pregoeiro negociar diretamente com este, para que seja obtido preço melhor, sendo o mesmo declarado vencedor do certame.

7.18- Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões. Constatada pelo Pregoeiro a admissibilidade da intenção do recurso, será concedido ao recorrente o prazo de 03 (três) dias, para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

7.19- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito ao recurso. Assim, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao vencedor e a Autoridade Superior homologará a adjudicação.

7.20- O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.21- Decididos os recursos a Autoridade Superior homologará o julgamento do pregão e adjudicará o objeto ao vencedor.

7.22- Caso a Autoridade Superior, não esteja conectada para homologação e/ou adjudicação, a sessão será suspensa e a qualquer momento esses atos serão procedidos, devendo os interessados consultarem o sistema.

7.23- O Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.24- O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

7.25- Todos os procedimentos do Pregoeiro e dos licitantes durante as sessões serão registrados em ata divulgada no sistema eletrônico, inclusive a indicação do licitante vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.

7.26- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular, no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo o Pregoeiro.

7.27- O Pregoeiro retornará às atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação e celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.28- No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega das propostas esta licitação realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, o Pregoeiro definir outra data, e horário, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma adotada inicialmente.

8.0- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS E DOS LANCES VERBAIS

8.1- Será considerado vencedor o licitante que, classificado e qualificado, tendo participado da etapa de lances, se houver, apresente o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE E ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO DESTE EDITAL**.

8.2- Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste edital.

8.3- Serão desclassificadas, preliminarmente, para a etapa de lances, as propostas de preços escritas que:

a) não atendam às exigências referentes ao objeto e demais disposições deste edital, excetuando-se os preços, cuja análise dar-se-á posteriormente.

8.4- Serão desclassificados na fase de lances, os licitantes qualificados que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

8.5- O resultado da licitação será divulgado através de sessão pública pelo sistema eletrônico e/ou por publicação na Imprensa Oficial do Município de Boa Viagem e Diário Oficial do Estado - DOE, durante 05 (cinco) dias, assinado pelo Pregoeiro no qual conste o licitante vencedor e o valor de sua proposta.

9.0-DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

9.1-O objeto do Contrato será atestado pela **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) do Município de Boa Viagem**, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do

recebimento da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

9.2-Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

9.3-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na realização dos serviços, objeto contratual;

9.4-Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE), não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.5 - Os veículos adquiridos será expressamente proibido usar em seu painel quaisquer materiais de ordem publicitária;

9.6. Implicará na rescisão de contrato atos de omissão pelo contratado que possa causar prejuízo à administração, seja de cunho econômico financeiro, legal ou moral;

9.7. É de inteira responsabilidade da empresa, até a entrega dos referidos veículos, todo e qualquer ato em se tratando de roubo, furto, avarias, faltas, infrações e ou outros que tenham o mesmo teor significativo.

10 - DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

Conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretaria(s) Contratante(s) interessada(s).

11-REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de BOA VIAGEM-CE poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada pelo Secretário(a) Ordenador(a) de Despesa, e o licitante vencedor, que observará os termos do Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017, da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02 e Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018 deste edital e demais normas pertinentes.

12.1.1- Integra o presente instrumento (ANEXO V) o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada.

12.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços – Anexa a este edital.

12.2- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de BOA VIAGEM - CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

12.2.1- O Licitante Vencedor terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de BOA VIAGEM-CE.

12.2.1.1 – A convocação do licitante vencedor se dará através de publicação em jornal de grande circulação ou correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, através de endereço eletrônico válido a ser fornecido pelo Licitante na fase de proposta, conforme modelo fornecido.

12.2.1.2 – É de inteira responsabilidade dos Licitantes manter seus dados cadastrais devidamente atualizados, incluindo endereço eletrônico, o qual servirá de forma de comunicação para todos os atos do processo.

A

12.2.1.3 – O licitante que não atender justificadamente a convocação no prazo assinalado no item 12.2.1 será enquadrado será incurso no teor do art. 81 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que será convocado a licitante classificada em segundo lugar, sem prejuízo de abertura de processo administração para aplicação das penalidades cabíveis e insertas na mesma lei.

12.2.2- A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.2.3- Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao Projeto Básico/Termo de Referência.

12.3-Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura ou na forma prevista na Lei Orgânica do Município. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

12.4- A Ata de Registro de Preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017, Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018 e nos artigos, 57, 58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

12.5-A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará **PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**, admitindo-se, porém, a prorrogação da vigência dos contratos dela decorrente, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, se a proposta registrada continuar se mostrando mais vantajosa à administração, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017.

12.6- A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12.7- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

12.8- O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de BOA VIAGEM e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.9- A formalização da Ata de Registro de Preços não gera ao beneficiário direito de fornecimento, mas apenas mera expectativa de contratação.

12.10- A formalização da Ata de Registro de Preços só gera ao beneficiário do registro a obrigação de fornecimento quando expedida a competente ORDEM DE COMPRA ou celebrado o competente termo de contrato.

12.11- O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.11.1- O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.12- Em caso de alteração dos preços de mercado, deverá ser observado o disposto no artigo 12 do Decreto Municipal Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017 e Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.

12.13- Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

12.14- Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

12.15- Para efeito de definição do preço de mercado serão considerado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado Item/lote.

12.16- Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os

[Assinatura]

demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

13 - DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS

13.1- DAS ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO: O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens objeto do Registro de Preços (entrega imediata) ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).

13.1.1- A ORDEM DE COMPRA emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do registro no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria Ata de Registro de Preços.

13.1.2- Observadas as determinações e orientações constantes da ORDEM DE COMPRA, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

13.1.3- O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

13.1.4- Poderão ser firmados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

13.2- DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA pela administração, no local determinado na ORDEM DE COMPRA.

13.2.1. Os produtos deverão obedecer a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA:

13.2.2. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

13.2.3- Por ocasião da entrega dos produtos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

13.2.4- Para os bens objetos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) Prefeitura Municipal de BOA VIAGEM - CE, com endereço na Rua 26 de Junho 317, Centro – Boa Viagem-CE, CNPJ 07.639.503/0001-50

13.2.5- No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

13.2.6- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

13.3- Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência do Objeto, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) aceitar, nas mesmas condições do registro de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

e) a entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

14 - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

14.1- **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro.

14.2- **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

14.2.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

14.3 - **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste.

14.4- **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

15 - DAS SANÇÕES

15.1- O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de assinar a ordem de compra /fornecimento ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de BOA VIAGEM e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura Municipal de BOA VIAGEM pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

15.1.1 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor empenhado no caso de:

- Recusar em assinar o contrato;
- apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- não manter a proposta ou lance;
- fraudar na aquisição dos produtos;
- comportar-se de modo inidôneo;

15.1.2 - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ORDEM DE COMPRA no endereço constante do cadastro, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da entrega dos bens;

15.1.3 - multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

15.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do serviço, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- advertência;
- multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo do contrato, conforme o caso;

15.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

[Assinatura]

15.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

15.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

15.3.3- As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

15.4- O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

15.4.1- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.4.2- não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.4.3- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.4.4- tiver presentes razões de interesse público.

15.5- **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.5.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de BOA VIAGEM e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura Municipal de BOA VIAGEM pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

16 – DA TENTATIVA DE FRAUDE E FRUSTAÇÃO DOS ATOS DO PROCESSO E DEMAIS DITAMES LEGAIS

16.1 - A tentativa de fraude ou frustração dos atos e ações a serem realizados por parte dos proponentes, há qualquer momento do presente processo, poderá caracterizar o enquadramento dos mesmos nas sanções dos crimes e penas previstas do Art. 90º, Art. 93º e Art. 96º da Lei Federal 8.666/93, e sendo necessário, ainda, abertura e instauração do devido processo administrativo para a averiguação e apuração dos fatos ocorridos, de forma a aplicação das devidas penalidades e punições cabíveis.

16.2 - É facultado o PREGOEIRO, em qualquer ausência ou omissão quanto a instruções e ditames deste edital, a aplicação das normas, instrumentos e demais fontes legais do instrumento jurídico brasileiro, de forma a manter ideal e legal transcorrer dos atos e ações dos procedimentos do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.2. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, o Pregoeiro no seguinte endereço:

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, localizada à Praça Monsenhor José Cândido, 100, Centro, nesta cidade de Boa Viagem-CE, CEP: 63.870-000.

17.3. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

17.5. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente edital e submissão às normas nele contidas.

17.6 Todas as declarações solicitadas neste edital deverão vir com firma reconhecida em cartório, exceto proposta de preço

17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.8. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.9. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

17.11. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório;

17.12. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

17.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e as normas da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

18. DO FORO

18.1. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo Contratual será o da Cidade de BOA VIAGEM, Estado do Ceará.

Boa Viagem-CE, 12 de Fevereiro de 2019.

ANTONIO RAIMUNDO ALEXANDRE DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

ANEXO I

PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

ORGÃO(S) SOLICITANTE(S): SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S): Não se aplica.
FONTE(S) DE RECURSO: Não se aplica.

I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1. ORGÃO SOLICITANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE;		2. PROJETO BÁSICO Nº Nº 2019.02.02.1- SAAE	
3. Nº DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01;	4. DESCRIÇÃO DE INVESTIMENTO: () Capacitação () Equipamento de Apoio () Equipamento de TI () Consultoria / Auditoria / Assessoria () Despesa de Custeio (X) Bens de Consumo () Material Permanente	DE	CATEGORIA DE
5. UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE;			

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

1. OBJETO SINTÉTICO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.
2. JUSTIFICATIVA: A presente aquisição se faz relevante em virtude das necessidades do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE, DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE, objetivando as diversas manutenções e reparos nas instalações dos "APARELHOS PÚBLICOS" do SAAE, como na rede de abastecimento de água e esgoto do município, prestando assim, um melhor e mais eficaz serviço a população e proporcionando mais saúde e qualidade de vida aos boa-viagenses.
3. VIGÊNCIA DO PROCESSO: 31 de dezembro de 2019.
4. LOCAL DE ENTREGA: Nos locais determinados pelo SAAE.
5. PRAZO ENTREGA: Entregar os produtos licitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da autorização de ordem de compra.
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto do fornecimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária da Detentora.
7. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO REGISTRO DE PREÇOS : Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços: I. Gerenciar a Ata de Registro de Preços; II. Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata; III. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados; IV. Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:

[Handwritten signature]

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- V. Cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto no Decreto Municipal Nº 108 de 28 de março de 2017 e Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018;
- VI. Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS:

O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços fica obrigado a:

I. Atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;

II. Fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, mediante formalização de contrato, no prazo estabelecido na Ordem de Compra;

III. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgãos/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade Interessado;

IV. Estar ciente que os materiais adquiridos estarão sujeitos à aceitação pelo órgão receptor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado e seja um produto de qualidade inferior ao solicitado.

V. Aceitar, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da administração pública, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços.

9. CONSIDERAÇÕES: Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto licitado, não serão suportadas pela Administração Municipal.

10. FONTE DE RECURSO: RECURSOS ORDINÁRIOS/OUTRAS RECURSOS VINCULADOS;

11. VALOR ESTIMADOR \$ 2.319.054,06 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, cinquenta e quatro reais e seis centavos)

12. Nº DO CONVENIO: Não se aplica

13. RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS: O órgão solicitante tem a expectativa de adquirir os produtos solicitados com qualidade e bom preço. Garantindo o atendimento das necessidades existentes, bem como, a eficiência no combate as vulnerabilidades e desigualdades.

9

ANEXO I

AO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

2. DOS PRODUTOS A SEREM LICITADOS:

LOTE I

MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÈDIO TOTAL
1	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 10 AMP FM 61X61		6	UNIDADE	R\$ 158,52	R\$ 951,12
2	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 20 AMP FM 61X61		6	UNIDADE	R\$ 163,40	R\$ 980,40
3	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 30 AMP FM 61X61		6	UNIDADE	R\$ 175,78	R\$ 1.054,70
4	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 50 AMP FM 61X61		6	UNIDADE	R\$ 190,13	R\$ 1.140,80
5	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 50 AMP FM 7272 05/50		2	UNIDADE	R\$ 210,38	R\$ 420,77
6	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 25 AMP FM 7272 05/25		2	UNIDADE	R\$ 179,88	R\$ 359,77
7	AMPERÍMETRO P/TC 50/05 72X72		4	UNIDADE	R\$ 156,15	R\$ 624,60
8	BANCO CAPASSITIVO TRIFASICO 2,5 KVAR		4	UNIDADE	R\$ 270,65	R\$ 1.082,60
9	BANCO CAPASSITIVO TRIFASICO 5 KVAR		4	UNIDADE	R\$ 411,87	R\$ 1.647,47
10	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN AZUL 4 MM		30	UNIDADE	R\$ 17,73	R\$ 531,99
11	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 2,5 MM		40	UNIDADE	R\$ 12,55	R\$ 502,12
12	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 4 MM		40	UNIDADE	R\$ 17,03	R\$ 681,32
13	BLOCO DE CONTATO LATERAL 1 NA 1NF		12	UNIDADE	R\$ 72,10	R\$ 865,20
14	BOBINA P/ MINICONTATORA CAW 0422 380 V		4	UNIDADE	R\$ 68,77	R\$ 275,08
15	BOBINA P/CONTACTORA FORÇA 25 220V		10	UNIDADE	R\$ 127,90	R\$ 1.279,00
16	BOBINA P/ MINICONTATORA CAW 0422 220 V		10	UNIDADE	R\$ 62,55	R\$ 625,50
17	BOTÃO DUPLO NA + NF SEM SINALEIRO		20	UNIDADE	R\$ 39,78	R\$ 795,66

Q

18	BOTÃO GIRATORIO P/ AMPERIMETRO COM TC RST		4	UNIDADE	R\$ 233,83	R\$ 935,33
19	BOTÃO GIRATORIO P/ VOLTIMETRO RST		4	UNIDADE	R\$ 218,15	R\$ 872,60
20	CABO FLEXIVEL 1,5MM CINZA OU BRANCO PEÇA C/100 METROS		4	PEÇA	R\$ 88,30	R\$ 353,21
21	CABO FLEXIVEL 1KV 16MM		120	METRO	R\$ 22,57	R\$ 2.708,04
22	CABO FLEXIVEL 1KV 25MM		120	METRO	R\$ 13,14	R\$ 1.576,44
23	CABO FLEXIVEL 1KV 35MM		360	METRO	R\$ 28,00	R\$ 10.081,08
24	CABO FLEXIVEL 1KV 50MM		300	METRO	R\$ 33,63	R\$ 10.089,90
25	CABO FLEXIVEL 2,5MM AZUL PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 105,42	R\$ 210,83
26	CABO FLEXIVEL 2,5MM BRANCO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 109,32	R\$ 218,63
27	CABO FLEXIVEL 2,5MM PRETO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 105,50	R\$ 211,00
28	CABO FLEXIVEL 2,5MM VERDE AMARELA PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 109,60	R\$ 219,20
29	CABO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO PEÇA C/100 METROS		2	UNIDADE	R\$ 109,60	R\$ 219,20
30	CABO FLEXIVEL 4,0MM AZUL PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 175,13	R\$ 350,27
31	CABO FLEXIVEL 4,0MM VERDE PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 178,27	R\$ 356,53
32	CABO FLEXIVEL 6,0MM PRETO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 340,75	R\$ 681,50
33	CABO MULTIPLEX TRIFASICO 3P+N ALUMINIO 16MM		400	METRO	R\$ 11,31	R\$ 4.524,00
34	CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P + N ALUMINIO 3X35 + 35MM		600	METRO	R\$ 232,95	R\$ 139.770,00
35	CABO PP 3 X 1,5 MM PEÇA C/ 100M		4	PEÇA	R\$ 340,38	R\$ 1.361,53
36	CABO PP 3 X 4 MM PEÇA C/ 100M		4	PEÇA	R\$ 697,27	R\$ 2.789,07
37	CABO PP 4 X 2,5 MM PEÇA C/ 100M		8	PEÇA	R\$ 584,75	R\$ 4.678,00
38	CABO UTP CATEGORIA 5 (CABO DE REDE E DADOS)		2	CAIXA	R\$ 478,35	R\$ 956,70
39	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO TRIFASICA METALICA.		4	UNIDADE	R\$ 218,47	R\$ 873,88
40	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO, TRIFASICA PLASTICA		4	UNIDADE	R\$ 124,72	R\$ 498,88
41	CANALETA PERFURADA 25X25 VARA C/2 METROS		12	VARA	R\$ 33,75	R\$ 404,96
42	CHAVE DE PARTIDA RAPÍDA P/MOTOR DE 3CV TRIFASICO		4	UNIDADE	R\$ 203,54	R\$ 814,17
43	CHAVE DE PARTIDA RAPIDA P/MOTOR DE 5CV TRIFASICO		4	UNIDADE	R\$ 207,85	R\$ 831,40

9

44	CHAVE SECCIONADORA 3 POSIÇÕES 2 FUNÇÕES 45° AUTOMATICA/MANUAL		20	UNIDADE	R\$ 300,01	R\$ 6.000,20
45	CONTATORA FORÇA 25		10	UNIDADE	R\$ 104,89	R\$ 1.048,93
46	CORDÃO PARALELO 2,5MM PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA	R\$ 247,90	R\$ 495,80
47	CORDÃO PARALELO 2 X 1,50 PEÇA C/ 100M		2	PEÇA	R\$ 175,79	R\$ 351,59
48	DISJUNTOR MONOFASICO 16 AMPERES		24	UNIDADE	R\$ 10,19	R\$ 244,56
49	DISJUNTOR MONOFASICO 20 AMPERES		16	UNIDADE	R\$ 7,40	R\$ 118,40
50	DISJUNTOR NOFUSE 150 AMPERES		4	UNIDADE	R\$ 537,81	R\$ 2.151,24
51	DISJUNTOR NOFUSE 250 AMPERES		4	UNIDADE	R\$ 1.082,16	R\$ 4.328,65
52	DISJUNTOR TRIFASICO 10 AMP		16	UNIDADE	R\$ 60,25	R\$ 964,05
53	DISJUNTOR TRIFASICO 20 AMPERES		12	UNIDADE	R\$ 43,35	R\$ 520,20
54	DISJUNTOR TRIFASICO 25 AMPERES		12	UNIDADE	R\$ 62,09	R\$ 745,12
55	DISJUNTOR TRIFASICO 32 AMPERES		12	UNIDADE	R\$ 67,98	R\$ 815,72
56	DISJUNTOR TRIFASICO 40 AMPERES		6	UNIDADE	R\$ 67,94	R\$ 407,66
57	DISJUNTOR TRIFASICO 63 AMPERES DIN		6	UNIDADE	R\$ 64,18	R\$ 385,10
58	ELETRODUTO RIGIDO DE 1 VARA 3 METROS		40	VARA	R\$ 22,42	R\$ 896,80
59	ELETRODUTO RIGIDO DE 1.1/2 VARA 3 METROS		40	VARA	R\$ 23,54	R\$ 941,72
60	ELETRODUTO RIGIDO DE 3/4 VARA 3 METROS		40	VARA	R\$ 13,80	R\$ 551,88
61	ELETRODO DE NIVEL TIPO PENDULO		60	UNIDADE	R\$ 61,89	R\$ 3.713,58
62	FUSIVEL NH00 150 AMPERES		2	CAIXA	R\$ 882,60	R\$ 1.765,20
63	FUSIVEL NH00 100 AMPERES		2	CAIXA	R\$ 474,68	R\$ 949,37
64	FUSIVEL NH00 ULTRA-RAPIDO 63 AMPERES		4	CAIXA	R\$ 461,43	R\$ 1.845,71
65	FUSIVEL TIPO D 10 AMPERES		2	CAIXA	R\$ 196,09	R\$ 392,19
66	FUSIVEL TIPO D 16 AMPERES		4	CAIXA	R\$ 156,04	R\$ 624,17
67	FUSIVEL TIPO D 2/4 AMPERES		2	CAIXA	R\$ 127,19	R\$ 254,37
68	FUSIVEL TIPO D 20 AMPERES		2	CAIXA	R\$ 136,94	R\$ 273,87
69	HASTE DE COBRE P/ ATERRAMENTO 5/8 X 2,00M		30	UNIDADE	R\$ 18,97	R\$ 569,10
70	INTERRUPTOR POR SENSOR DE PRESENÇA		8	UNIDADE	R\$ 52,10	R\$ 416,82
71	LAÇO PREFORMADO P/ CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P+N ALUMÍNIO 16 AWG		40	UNIDADE	R\$ 2,84	R\$ 113,48
72	LÂMPADA FLUORESCENTE 25W COMPACTA		30	UNIDADE	R\$ 20,82	R\$ 624,51

[Handwritten signature]

73	LÂMPADA FLUORESCENTE 32W COMPACTA		30	UNIDADE	R\$ 22,02	R\$ 660,51
74	LAMPADA FLUORESCENTE 40W COMPACTA		30	UNIDADE	R\$ 44,20	R\$ 1.326,00
75	LAMPADA FLUORESCENTE 15W COMPACTA		30	UNIDADE	R\$ 12,53	R\$ 375,99
76	LAMPADA LED 12W		30	UNIDADE	R\$ 29,37	R\$ 881,01
77	LAMPADA LED 9W		30	UNIDADE	R\$ 28,20	R\$ 845,91
78	LAMPADA DE VAPOR METALICO 70W		20	UNIDADE	R\$ 50,89	R\$ 1.017,86
79	LUMINARIA PARA POSTE COM SOQUETE E PARAFUSO 350,PORCA E RUELAS		20	UNIDADE	R\$ 95,47	R\$ 1.909,46
80	MINICONTATORA 2 NA 2 NF 0422E		10	UNIDADE	R\$ 94,26	R\$ 942,63
81	MINICONTATORA 3 NA 1 NF 0431E		10	UNIDADE	R\$ 67,12	R\$ 671,17
82	PROTETOR DE SURTO 275V 45KA		20	UNIDADE	R\$ 76,61	R\$ 1.532,20
83	QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 300 X 300 X 200		6	UNIDADE	R\$ 158,91	R\$ 953,44
84	QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 400 X 300 X 200		6	UNIDADE	R\$ 286,06	R\$ 1.716,38
85	QUADRO SISTEMA VDI 40X40		2	UNIDADE	R\$ 196,56	R\$ 393,13
86	REATOR P/LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 70WATS		20	UNIDADE	R\$ 95,86	R\$ 1.917,20
87	RELE DE SOBRECARGA 11 A 17 RW17		6	UNIDADE	R\$ 116,16	R\$ 696,94
88	RELE DE COMANDO A DISTANCIA 220V		10	UNIDADE	R\$ 289,81	R\$ 2.898,13
89	RELE DE NIVEL 220/380V		60	UNIDADE	R\$ 149,56	R\$ 8.973,78
90	RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW17		8	UNIDADE	R\$ 138,61	R\$ 1.108,88
91	RELE DE SOBRECARGA 05 A 07 RW17		8	UNIDADE	R\$ 136,91	R\$ 1.095,26
92	RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW27		10	UNIDADE	R\$ 147,81	R\$ 1.478,13
93	RELE DE SOBRECARGA 07 A 10 RW27		10	UNIDADE	R\$ 157,56	R\$ 1.575,63
94	RELE DE SOBRECARGA 15 A 23 RW27		4	UNIDADE	R\$ 171,86	R\$ 687,44
95	RELE DE TEMPO 0 A 30 SEGUNDOS - 220 V		4	UNIDADE	R\$ 119,41	R\$ 477,63
96	RELE DE TEMPO MULTIFUNCIONAL TMF-02MM 24-240 VCA		8	UNIDADE	R\$ 122,45	R\$ 979,58
97	RELE FALTA DE FASE E NEUTRO		20	UNIDADE	R\$ 165,97	R\$ 3.319,46
98	RELE FOTOELETRONICO C/BASE NF P/ POSTE		10	UNIDADE	R\$ 42,82	R\$ 428,20
99	RELE SUPERVISORIO DE (MAXIMA E MINIMA)380V		4	UNIDADE	R\$ 112,78	R\$ 451,13

Q

100	RELE DE TEMPO ESTRELA/TRIANGULO 220V X 100MS		4	UNIDADE	R\$ 144,06	R\$ 576,23
101	SINALEIRO AMARELO 220 V CAIXA C/ 10 UND		2	CAIXA	R\$ 183,81	R\$ 367,61
102	SINALEIRO AZUL 220V CAIXA C/10 UNIDADES		2	UNIDADE	R\$ 183,81	R\$ 367,61
103	SINALEIRO BRANCO 220 V CAIXA C/ 10 UND		2	CAIXA	R\$ 186,31	R\$ 372,61
104	SINALEIRO VERDE 220 V CAIXA C/ 10 UND		4	CAIXA	R\$ 183,81	R\$ 735,23
105	SINALEIRO VERMELHO 220 V CAIXA C/ 10 UND		4	CAIXA	R\$ 188,81	R\$ 755,23
106	SINALEIRO P/ PAINEL DE COMANDO 220V COM SINALEIRO INTERNITENTE		4	UNIDADE	R\$ 581,06	R\$ 2.324,23
107	TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO FORQUILHA		400	UNIDADE	R\$ 4,16	R\$ 1.665,20
108	TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO PINO		400	UNIDADE	R\$ 4,19	R\$ 1.676,00
109	TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO FORQUILHA		400	UNIDADE	R\$ 3,83	R\$ 1.532,00
110	TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO PINO		400	UNIDADE	R\$ 4,26	R\$ 1.705,20
111	TIMER PROGAMAVEL DIGITAL P/ TRILHO DIM 220V		30	UNIDADE	R\$ 154,59	R\$ 4.637,79
112	TOMADA RJ 45 CATEGORIA 5 COM 8 FIOS		16	UNIDADE	R\$ 58,75	R\$ 940,05
113	TOMADA RJ 11 4 FIOS		16	UNIDADE	R\$ 50,12	R\$ 801,87
114	VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61 A500V		12	UNIDADE	R\$ 160,07	R\$ 1.920,80
115	VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61 0 A 250V		12	UNIDADE	R\$ 160,94	R\$ 1.931,24
116	FITA ISOLANTE 20 METROS		300	UNIDADE	R\$ 9,21	R\$ 2.763,00
117	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO		200	UNIDADE	R\$ 29,33	R\$ 5.866,00

TOTAL R\$ 303.165,42

LOTE II

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ARAME FARPADO ROLO C/500M.		30	ROLO	R\$ 189,82	R\$ 5.694,51
2	ARAME GALVANIZADO Nº18.		120	QUILO	R\$ 16,59	R\$ 1.990,44
3	BARRA CHATA 2½ X 5/16" VARA C/ 6M		40	VARA	R\$ 115,32	R\$ 4.612,68
4	BARRA CHATA 2 X 1/8 VARA COM 06 METROS		60	VARA	R\$ 72,82	R\$ 4.369,02
5	BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/2".		30	METRO	R\$ 15,55	R\$ 466,41

6	BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/4".	60	METRO	R\$ 19,08	R\$ 1.144,62
7	BARRA ROSQUEÁVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 5/16"	80	METRO	R\$ 21,78	R\$ 1.742,16
8	CANO GALVANIZADO 1"	20	VARA	R\$ 72,53	R\$ 1.450,54
9	CHAPA DE FERRO Nº 18 TAMANHO 2,00 X 1,20M	10	FOLHA	R\$ 99,53	R\$ 995,27
10	CHAPA DE FERRO Nº 14 TAMANHO 2,00 X 1,00M	20	UNIDADE	R\$ 177,90	R\$ 3.557,94
11	ZINCO Nº 28 1,2MM	30	METRO	R\$ 80,03	R\$ 2.400,81
12	ZINCO Nº 28 1MM	30	METRO	R\$ 65,15	R\$ 1.954,41
13	SOLDA 2,5MM	60	QUILO	R\$ 15,35	R\$ 920,82
14	SOLDA 3,25MM	60	QUILO	R\$ 16,40	R\$ 983,82
15	PREGO 1 1/2 X 14MM	20	QUILO	R\$ 14,10	R\$ 281,94
16	PREGO 1 X 15MM	20	QUILO	R\$ 14,45	R\$ 288,94
17	PREGO 1" X 16MM	20	QUILO	R\$ 18,33	R\$ 366,54
18	PREGO 3 X 8MM	20	QUILO	R\$ 12,38	R\$ 247,54
19	CANTONEIRA DE FERRO 5/8 X 1/8" VARA C/6M	10	VARA	R\$ 33,86	R\$ 338,60
20	FERROLHO P/ PORTÃO DE FERRO C/ SUPORTE PARA CADEADO	40	UNIDADE	R\$ 14,19	R\$ 567,60
21	DOBRADIÇA P/PORTA DE MADEIRA .	90	UNIDADE	R\$ 6,26	R\$ 563,40
22	DOBRADIÇA 5/8" P/ PORTA DE FERRO	40	UNIDADE	R\$ 13,99	R\$ 559,60
23	SILICONE TRANSPARENTE 280G	40	UNIDADE	R\$ 16,79	R\$ 671,60
24	SILICONE TRANSPARENTE 50G	40	UNIDADE	R\$ 8,24	R\$ 329,60
25	TRINCHA 2 1/2"	60	UNIDADE	R\$ 8,14	R\$ 488,40
26	CORDA DE SEDA 10 MM	80	QUILO	R\$ 18,86	R\$ 1.508,80
27	LIXA DE DISCO Nº 36	40	UNIDADE	R\$ 9,49	R\$ 379,60
28	TELHA DE CERAMICA TIPO COLONIAL	6	MILHEIRO	R\$ 381,52	R\$ 2.289,12
29	TIJOLO FURADO	20	MILHEIRO	R\$ 326,26	R\$ 6.525,20
30	BRITA.	24	METRO CÚBICO	R\$ 126,26	R\$ 3.030,24
31	CIMENTO CP II Z-32 (50KG)	300	SACO	R\$ 25,49	R\$ 7.647,00
32	CAL HIDRATADO (SACO 20KG)	60	SACO	R\$ 13,26	R\$ 795,60
33	IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETO 3,6L	60	GALÃO	R\$ 26,89	R\$ 1.613,40
34	PISO 46X46CM CAIXA C/2M(PI)	20	CAIXA	R\$ 42,17	R\$ 843,40
35	LINHA (0,07 X 0,014 X 7 METROS)	100	METRO	R\$ 20,31	R\$ 2.031,00
36	PORTA DE MADEIRA MACIÇA TAM 0,80 X 2,10M	30	UNIDADE	R\$ 293,26	R\$ 8.797,80

A

37	MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM BARROTOS.	200	METRO	R\$ 12,89	R\$ 2.578,00
38	MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM TABUAS.	200	METRO	R\$ 63,04	R\$ 12.608,00
39	SOLVENTE 900ML	140	UNIDADE	R\$ 13,37	R\$ 1.871,80
40	SPRAY ANTI FERRUGEM	60	UNIDADE	R\$ 6,92	R\$ 415,20
41	TINTA ESMALTE 3,6L CORES DIVERSAS	20	GALÃO	R\$ 65,51	R\$ 1.310,20
42	TINTA LATEX 18L P/ PISO COR BRANCO	4	LATÃO	R\$ 188,51	R\$ 754,04
43	TINTA LATEX 18L P/ PISO COR CINZA	4	LATÃO	R\$ 194,19	R\$ 776,76
44	TINTA LATEX ACRÍLICA, ALTO RENDIMENTO, 18L P/ PAREDE P/ AMBIENTES EXTERNOS	10	LATÃO	R\$ 141,29	R\$ 1.412,90
45	KIT CAVALETE 3/4"	100	UNIDADE	R\$ 95,29	R\$ 9.529,00
46	FITA VEDAROSCA, 18 MM X 50 M	600	UNIDADE	R\$ 10,01	R\$ 6.006,00
47	LAMINA DE SERRA RIGIDA 32 DENTES	2000	UNIDADE	R\$ 3,98	R\$ 7.960,00
48	CADEADO 30 MM	20	UNIDADE	R\$ 11,29	R\$ 225,80
49	CADEADO 35MM	60	UNIDADE	R\$ 15,44	R\$ 926,40
50	CADEADO 40 MM	12	UNIDADE	R\$ 24,11	R\$ 289,32
51	CADEADO 50MM.	20	UNIDADE	R\$ 25,88	R\$ 517,60
52	LUVA DE RASPA LONGA	30	PAR	R\$ 23,44	R\$ 703,20
53	LUVA DE PANO PIGMENTADA.	100	PAR	R\$ 7,58	R\$ 758,00
54	LUVA DE VAQUETA (Especificação : Luva de segurança confeccionada em Vaqueta natural, reforço interno na palma, elástico de ajuste embutido no dorso, acabamento no punho com viés. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, escoriantes e perfurantes.)	40	PAR	R\$ 9,66	R\$ 386,20
55	LUVA LATEX TAM M	50	PAR	R\$ 8,10	R\$ 405,00
56	LONA DE PLÁSTICO PRETA C/ 6M DE ALTURA	100	METRO	R\$ 12,18	R\$ 1.218,00
57	MARTELO Nº.25 CABO DE MADEIRA.	30	UNIDADE	R\$ 27,68	R\$ 830,25
58	COLHER DE PEDREIRO 10"	20	UNIDADE	R\$ 20,57	R\$ 411,30
59	ENXADA 2,5 LIBRAS C/ CABO	30	UNIDADE	R\$ 34,12	R\$ 1.023,60
60	ALAVANCA 1,5M RUSGADA	6	UNIDADE	R\$ 1.429,00	R\$ 8.574,00
61	PA DE BICO 21 CM	30	UNIDADE	R\$ 26,85	R\$ 805,35
62	PICARETA CHIBANCA 4 LIBRAS COM CABO	40	UNIDADE	R\$ 59,40	R\$ 2.376,00
63	REGUA DE ALUMINIO	6	METRO	R\$	R\$

[Handwritten signature]



					40,93	245,65
64	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM		40	UNIDADE	R\$ 40,90	R\$ 1.635,80
65	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 9CM		40	UNIDADE	R\$ 5,80	R\$ 232,00
66	BANDEJA P/PINTURA 23CM.		20	UNIDADE	R\$ 17,93	R\$ 358,60
					TOTAL	R\$ 139.592,24

LOTE III

MATERIAL HIDRAULICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	MANGUEIRA PARA SUCÇÃO DE 6 POLEGADAS		400	METRO	R\$ 147,52	R\$ 59.008,00
2	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 20X1/2"		200	UNIDADE	R\$ 0,53	R\$ 106,00
3	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 25 X 3/4"		800	UNIDADE	R\$ 5,71	R\$ 4.568,00
4	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/REGISTRO, 50 X 1 1/2"		200	UNIDADE	R\$ 6,67	R\$ 1.334,00
5	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 60 X 2".		200	UNIDADE	R\$ 13,79	R\$ 2.758,00
6	ADAPTADOR PVC SOLD.CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO, 110 X 4"		10	UNIDADE	R\$ 39,46	R\$ 394,60
7	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 85 X 3"		20	UNIDADE	R\$ 19,72	R\$ 394,40
8	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 60 X 50MM		100	UNIDADE	R\$ 1,68	R\$ 168,00
9	BUCHA PVC RED. SOLDAVEL CURTA 25 X 20MM		1200	UNIDADE	R\$ 4,79	R\$ 5.748,00
10	BUCHA PVC RED. SOLDAVEL CURTA 32 X 25MM		400	UNIDADE	R\$ 0,45	R\$ 180,00
11	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 110X85MM		24	UNIDADE	R\$ 71,19	R\$ 1.708,56
12	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 110X60MM		12	UNIDADE	R\$ 68,96	R\$ 827,52
13	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 60X50MM		40	UNIDADE	R\$ 3,98	R\$ 159,20
14	CAP PVC ROSC.3"		24	UNIDADE	R\$ 20,69	R\$ 496,56
15	CAP PVC SOLDAVEL 25MM		1000	UNIDADE	R\$ 4,39	R\$ 4.390,00
16	CAP PVC SOLDAVEL 32 MM		100	UNIDADE	R\$ 0,02	R\$ 2,00
17	CAP PVC SOLDAVEL 60 MM		200	UNIDADE	R\$ 7,86	R\$ 1.572,00

A

18	CAP PVC SOLDAVEL 75MM		20	UNIDADE	R\$ 26,74	R\$ 534,80
19	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL DE 110 X 3/4"		20	UNIDADE	R\$ 9,45	R\$ 189,00
20	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 60 X 3/4"		200	UNIDADE	R\$ 8,62	R\$ 1.724,00
21	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCAVEL 75 X 3/4"		12	UNIDADE	R\$ 16,68	R\$ 200,16
22	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 85 X 3/4"		20	UNIDADE	R\$ 12,11	R\$ 242,20
23	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 32 X 3/4"		40	UNIDADE	R\$ 11,70	R\$ 468,00
24	CURVA 45° PVC JE PB PBA DN 75 DE 85MM		4	UNIDADE	R\$ 33,51	R\$ 134,04
25	JOELHO 90° SOLDAVEL 110MM PVC		8	UNIDADE	R\$ 74,32	R\$ 594,56
26	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25MM		4000	UNIDADE	R\$ 4,30	R\$ 17.200,00
27	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32MM		600	UNIDADE	R\$ 0,61	R\$ 366,00
28	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 40MM		100	UNIDADE	R\$ 5,79	R\$ 579,00
29	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 50MM		100	UNIDADE	R\$ 7,54	R\$ 754,00
30	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 60MM		300	UNIDADE	R\$ 11,54	R\$ 3.462,00
31	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 85MM		8	UNIDADE	R\$ 74,14	R\$ 593,12
32	JOELHO PVC LR 25X3/4"		2000	UNIDADE	R\$ 5,01	R\$ 10.020,00
33	JOELHO ROSCAVEL 1X3/4" BRANCO		24	UNIDADE	R\$ 1,28	R\$ 30,72
34	LUVA DE CORRER 25MM, PVC, C/ANEL		200	UNIDADE	R\$ 10,71	R\$ 2.142,00
35	LUVA DE CORRER 32MM, PVC, C/ANEL		12	UNIDADE	R\$ 16,16	R\$ 193,92
36	LUVA DE CORRER 40MM, PVC, C/ANEL		40	UNIDADE	R\$ 13,87	R\$ 554,80
37	LUVA DE CORRER DE50MM, PVC, C/ANEL		20	UNIDADE	R\$ 15,37	R\$ 307,40
38	LUVA DE CORRER PVC JE DN50/DE60, C/ ANEL		500	UNIDADE	R\$ 25,46	R\$ 12.730,00
39	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN75/DE85, C/ ANEL		100	UNIDADE	R\$ 28,33	R\$ 2.833,00
40	LUVA DE CORRER P/TUBO DEFOFO JE DN 150MM		30	UNIDADE	R\$ 77,69	R\$ 2.330,70
41	LUVA DE CORRER PBA DN100 MM / DE110 MM, PVC, C/ ANEL		100	UNIDADE	R\$ 59,32	R\$ 5.931,50
42	LUVA DE UNIÃO PVC SODAVEL 25MM		40	UNIDADE	R\$ 6,07	R\$ 242,80
43	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 32MM		20	UNIDADE	R\$ 7,39	R\$ 147,80
44	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 50MM		12	UNIDADE	R\$ 32,51	R\$ 390,12
45	LUVA PVC ROSCÁVEL DE 2"		24	UNIDADE	R\$ 10,43	R\$ 250,32
46	LUVA PVC ROSCÁVEL DE 3"		12	UNIDADE	R\$ 28,41	R\$ 340,92
47	LUVA PVC LR 25 X 3/4"		3000	UNIDADE	R\$	R\$

[Handwritten signature]

					3,92	11.760,00
48	LUVA PVC ROSCÁVEL 3/4" BRANCA	800	UNIDADE	R\$ 1,39	R\$ 1.112,00	
49	LUVA PVC SOLDÁVEL 25 MM	4000	UNIDADE	R\$ 4,25	R\$ 17.000,00	
50	LUVA PVC SOLDÁVEL 32 MM	500	UNIDADE	R\$ 0,02	R\$ 10,00	
51	LUVA PVC SOLDÁVEL 40 MM	160	UNIDADE	R\$ 5,76	R\$ 921,60	
52	LUVA PVC SOLDÁVEL 50 MM	200	UNIDADE	R\$ 6,77	R\$ 1.354,00	
53	LUVA PVC SOLDÁVEL 60 MM	600	UNIDADE	R\$ 4,98	R\$ 2.988,00	
54	REGISTRO DE ESFERA C/BORBOLETA ROSCAVEL 3/4" PVC	1000	UNIDADE	R\$ 15,57	R\$ 15.570,00	
55	REGISTRO PVC SOLD. 60MM	30	UNIDADE	R\$ 44,33	R\$ 1.329,90	
56	REGISTRO PVC SOLD. 50MM	20	UNIDADE	R\$ 16,96	R\$ 339,20	
57	REGISTRO SOLDÁVEL 40MM	20	UNIDADE	R\$ 18,51	R\$ 370,20	
58	REGISTRO PVC SOLD. 32MM	40	UNIDADE	R\$ 14,29	R\$ 571,60	
59	REGISTRO PVC SOLD. 25MM	100	UNIDADE	R\$ 5,39	R\$ 539,00	
60	TE PVC BBB PBA DN 100 DE 110MM C/ANEL	6	UNIDADE	R\$ 126,02	R\$ 756,12	
61	TE PVC BBB PBA DN 75 DE 85MM C/ANEL	6	UNIDADE	R\$ 72,01	R\$ 432,06	
62	TE DE REDUÇÃO 90°PVC SOLDÁVEL 32 X 25MM.	120	UNIDADE	R\$ 1,91	R\$ 229,20	
63	TE DE REDUÇÃO 90° PVC SOLDÁVEL 40 X 25MM.	40	UNIDADE	R\$ 9,61	R\$ 384,40	
64	TE PVC LR 25X3/4	200	UNIDADE	R\$ 4,21	R\$ 842,00	
65	TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM	600	UNIDADE	R\$ 0,04	R\$ 24,00	
66	TÊ PVC SOLDÁVEL 32MM	100	UNIDADE	R\$ 1,56	R\$ 156,00	
67	TÊ PVC SOLDÁVEL 60MM	80	UNIDADE	R\$ 11,43	R\$ 914,40	
68	VENTOSA PVC 3/4	20	UNIDADE	R\$ 31,88	R\$ 637,60	
69	VENTOSA PVC 1	20	UNIDADE	R\$ 48,64	R\$ 972,80	
70	ANEL DE BORRACHA DN 110MM	100	UNIDADE	R\$ 5,40	R\$ 540,00	
71	ANEL BORRACHA P/TB PBA DN 50 DE 60MM	160	UNIDADE	R\$ 0,73	R\$ 116,80	
72	REGISTRO DE GAVETA BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3/4"	20	UNIDADE	R\$ 22,64	R\$ 452,80	
73	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1	20	UNIDADE	R\$ 39,53	R\$ 790,60	
74	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 2"	40	UNIDADE	R\$ 104,76	R\$ 4.190,40	
75	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 4	8	UNIDADE	R\$ 214,19	R\$ 1.713,52	
76	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3"	10	UNIDADE	R\$ 93,54	R\$ 935,40	

(Handwritten signature)

77	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1. 1/2"		24	UNIDADE	R\$ 59,77	R\$ 1.434,48
78	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1.1/4"		20	UNIDADE	R\$ 48,02	R\$ 960,40
79	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB FF JE PN 100, P/ T DN 300MM		4	UNIDADE	R\$ 5.099,51	R\$ 20.398,04
80	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB FF JE PN 100, P/T DN 150 MM		12	UNIDADE	R\$ 1.862,01	R\$ 22.344,12
81	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ B BB FF JE PN 100, P/ TB 110MM		30	UNIDADE	R\$ 880,19	R\$ 26.405,70
82	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB F.F. JE PN 100 C/ANEL P/ TUBO 85MM		16	UNIDADE	R\$ 776,54	R\$ 12.424,64
83	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ B BB FF JE PN 100, P/ TB 60MM		40	UNIDADE	R\$ 513,02	R\$ 20.520,80
84	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 1.1/2", BRONZE		8	UNIDADE	R\$ 71,52	R\$ 572,16
85	VALVULA DE RETENÇÃO VERTICAL 1.1/2 DISCO DE BRONZE		10	UNIDADE	R\$ 75,26	R\$ 752,60
86	VALVULA DE SUCÇÃO DE 4,BRONZE COM ROSCA INTERNA		8	UNIDADE	R\$ 443,26	R\$ 3.546,08
87	VALVULA DE SUCÇÃO DE 6,BRONZE COM ROSCA INTERNA		4	UNIDADE	R\$ 747,69	R\$ 2.990,76
88	VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 2" BRONZE		8	UNIDADE	R\$ 199,29	R\$ 1.594,32
89	VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 3" BRONZE		8	UNIDADE	R\$ 342,02	R\$ 2.736,16
90	TUBO PEAD PN 10 315MM,6 METROS COM FLANGE 8 FUROS NAS EXTREMIDADES		40	VARA	R\$ 5.185,02	R\$ 207.400,80
91	TUBO DEFOFO 150MM 1MPA JEI 6 M		60	VARA	R\$ 471,76	R\$ 28.305,60
92	TUBO PVC JEI PBA DN 100/DE110 CL12		300	VARA	R\$ 361,61	R\$ 108.483,00
93	TUBO PVC JEI PBA DN 75/85MM CL 12		300	VARA	R\$ 214,19	R\$ 64.257,00
94	TUBO PVC JEI PBA DN 50 DE 60MM CL 12		2000	VARA	R\$ 84,66	R\$ 169.320,00
95	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 75MM (DE) CL 12		30	VARA	R\$ 229,77	R\$ 6.893,10
96	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 50MM CL 12		80	VARA	R\$ 56,02	R\$ 4.481,60
97	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 40 MM		600	VARA	R\$ 43,01	R\$ 25.806,00
98	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 32MM		2000	VARA	R\$ 27,01	R\$ 54.020,00
99	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 25MM		3000	VARA	R\$ 18,39	R\$ 55.170,00
100	TUBO PVC RIGIDO SOLDABEL 20MM		100	VARA	R\$ 13,61	R\$ 1.361,00
101	TUBO ROSCAVEL 1.1/2		100	VARA	R\$ 120,27	R\$ 12.027,00

al

102	TUBO ROSCAVEL 2"		80	VARA	R\$ 163,52	R\$ 13.081,60
103	TUBO ROSCAVEL 3"		40	VARA	R\$ 185,01	R\$ 7.400,40
104	LACRE DE PORCA, 3/4		3000	UNIDADE	R\$ 15,69	R\$ 47.070,00
105	ADESIVO PLASTICO P/ TUBOS, 75 G		300	UNIDADE	R\$ 4,79	R\$ 1.437,00
106	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 2 BRONZE		12	UNIDADE	R\$ 133,06	R\$ 1.596,72
107	ARRUELA DE VEDAÇÃO FLEXIVEL 3/4" PARA HIDRÔMETRO		25000	UNIDADE	R\$ 3,29	R\$ 82.250,00
108	HIDRÔMETRO UNIJATO MAGNÉTICO CLASSE B 1,5M ³ /H. (Especificação : HIDROMETRO UNIJATO, MAGNETICO DE 1,5M ³ /H X 3/4, CLASSE "B" COM CONEXÃO EM METAL, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT.)		5000	UNIDADE	R\$ 130,40	R\$ 652.000,00
TOTAL						R\$ 1.876.296,40

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor estimado para a aquisição dos produtos será de R\$ 2.319.054,06 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, cinquenta e quatro reais e seis centavos), apurado pela média dos valores obtidos nas pesquisas de preços realizadas pelo setor de compras do município, sendo que estes deverão estar de acordo com os preços praticados no mercado local e ou regional.

4. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA:

4.1. Entregar os produtos licitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da autorização de fornecimento/ordem de compra, nos locais determinados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, nos termos do Decreto Municipal Nº 108, de 28 de Março de 2017 e Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018.

6. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR REGISTRADO:

6.1. O valor da Ata de registro de preços não será objeto de reajuste. Porém os preços registrados poderão ser revistos nos casos previstos na ata.

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto da entrega dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada as disposições editalícias, através de crédito na conta bancaria da Detentora, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, e Trabalhistas, todas atualizadas e regularizadas.

(Assinatura)

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AOPREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

LOTE *****						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

VALOR GLOBAL:R\$ (-----).

PRAZO DE ENTREGA: até **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal

[Handwritten signature]



ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 01 – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr. < NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, Estado do Ceará, relativo a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE**, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE que:

- (1) que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório;
- (2) que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e objeto a ser contratado no presente certame licitatório;
- (3) que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)

[Handwritten signature]

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

DECLARAÇÃO

....., **inscrito no CNPJ nº**....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE que:

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de BOA VIAGEM, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de BOA VIAGEM, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)

A

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, o município, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 07.963.515/0001-36, com sede de sua Prefeitura Municipal na Praça Monsenhor José Cândido, nº 100 – Centro – Boa Viagem – Ceará - CEP 63.870-000, através da **CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO**, neste ato representado(a) pelo seu Controlador, Sr (a). _____, CPF _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE SRP**, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____, bem como, a respectiva homologação datada de ____ de ____ de 2019, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017, Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018 e Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, e da Lei 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE**, tudo conforme especificações contidas nos Anexos do Edital do processo originário, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, a especificação dos bens, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO III da presente ata, em ordem de classificação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os bens objeto do presente registro de preços quando eventualmente contratados, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente, deverão ser entregues nos locais indicados na autorização de fornecimento.

6.2- **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:** Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da expedição da **ORDEM DE COMPRA** pela administração, no local determinado na **ORDEM DE COMPRA**.

[Assinatura]

- 6.2.1. Os itens deverão ser entregues no local discriminado na ORDEM DE COMPRA emitido pelo Órgão Gestor;
- 6.2.3. Os bens licitados deverão obedecer a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA pela administração, no local indicado na autorização de fornecimento pela administração;
- 6.2.4. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 6.2.5. A contratada deverá entregar os bens no horário das 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos itens fora do expediente de trabalho.
- 6.2.6. O fornecimento dos bens licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS, pelo Órgão Gestor, constando a quantidade de produtos a serem **entregues** até no máximo **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da data de recebimento da ORDEM DE COMPRA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.
- 7.2. As contratações dos bens registrados neste instrumento serão efetuadas através de Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração Municipal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.
- 7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.
- 7.4. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 7.5. A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- 7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 8.1 O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens pelo MUNICÍPIO, na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e os preços devidamente registrados no Anexo I deste instrumento.
- 8.2. Por ocasião da aquisição dos produtos o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), com endereço na Rua 26 de Junho, 317, Centro – Boa Viagem – Ceará - CEP 63.870-000, inscrito no CNPJ sob o N.º 07.639.503/0001-50.
- 8.3. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.
- 8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 8.3.2. Para cada ORDEM DE COMPRA, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.
- 8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

Q

8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.4. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste.

8.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8.5.1. Os preços registrados que sofrerem reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.5.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

8.5.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

8.5.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente da Prefeitura De BOA VIAGEM.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

- a) executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

A

- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos bens, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/Termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra, com os bens entregues, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- p) providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- q) prestar manutenção gratuita sobre todas as peças, componentes e acessórios dos bens objeto desta ata, dos quais seja detentor do registro, durante o prazo de garantia;
- r) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- s) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- t) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos bens até o(s) local(is) de entrega;
- u) informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo, marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número da Ata de Registro de Preços, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;
- v) manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- 9.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:
- a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.
- 9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.
- 9.3. Todos os bens deverão ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de bens reutilizado ou recondicionado;
- 9.4. A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

Q

- a) indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os bens.
- b) permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e as disposições do Decreto Municipal nº 108/2017, de 28 de março de 2017.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. pelo MUNICÍPIO:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor não assinar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro;

12.1.2. pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no afixação do flanelógrafo da Comissão de Licitação ou em Jornal de Circulação Local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de fornecimento já emitida.

12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.7. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de BOA VIAGEM e será descredenciado no

Cadastro da Prefeitura de BOA VIAGEM pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a proposta;
- c) fraudar na execução do contrato futuro;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

13.1.2- multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ORDEM DE COMPRA no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

13.1.3- multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

13.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

13.2.1- advertência;

13.2.2- multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

13.5. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor das Secretárias Municipais interessadas, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2. integram esta Ata os seus anexos, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas.

16.1.3. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

16.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

16.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

16.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. O foro da Comarca de BOA VIAGEM é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Instrumento, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VIAGEM/CE, __ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM
<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>
Secretário de <Secretaria>

<NOME DA EMPRESA>
<NOME DO REPRESENTANTE>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº *****

RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS

01. SECRETARIA DE *****
SECRETÁRIO(A) *****

R

ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

BANCO:

FAX:

AGÊNCIA:

RG:

CONTA CORRENTE:

CPF:

[Handwritten mark]

ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS, MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS

DATA: __/__/__

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre o MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO N.º2019.02.11.1-PE.

LICITANTE VENCEDOR: _____ * CNPJ Nº _____

LOTE I

MATERIAL ELÉTRICO

DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 10 AMP FM 61X61		6	UNIDADE		
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 20 AMP FM 61X61		6	UNIDADE		
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 30 AMP FM 61X61		6	UNIDADE		
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 50 AMP FM 61X61		6	UNIDADE		
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 50 AMP FM 7272 05/50		2	UNIDADE		
AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 25 AMP FM 7272 05/25		2	UNIDADE		
AMPERÍMETRO P/TC 50/05 72X72		4	UNIDADE		
BANCO CAPASSITIVO TRIFASICO 2,5 KVAR		4	UNIDADE		
BANCO CAPASSITIVO TRIFASICO 5 KVAR		4	UNIDADE		
BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN AZUL 4 MM		30	UNIDADE		
BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 2,5 MM		40	UNIDADE		
BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 4 MM		40	UNIDADE		
BLOCO DE CONTATO LATERAL 1 NA 1NF		12	UNIDADE		
BOBINA P/ MINICONTATORA CAW 0422 380 V		4	UNIDADE		
BOBINA P/CONTACTORA FORÇA 25 220V		10	UNIDADE		
BOBINA P/ MINICONTATORA CAW 0422 220 V		10	UNIDADE		

R

BOTÃO DUPLO NA + NF SEM SINALEIRO		20	UNIDADE		
BOTÃO GIRATORIO P/ AMPERIMETRO COM TC RST		4	UNIDADE		
BOTÃO GIRATORIO P/ VOLTIMETRO RST		4	UNIDADE		
CABO FLEXIVEL 1,5MM CINZA OU BRANCO PEÇA C/100 METROS		4	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 1KV 16MM		120	METRO		
CABO FLEXIVEL 1KV 25MM		120	METRO		
CABO FLEXIVEL 1KV 35MM		360	METRO		
CABO FLEXIVEL 1KV 50MM		300	METRO		
CABO FLEXIVEL 2,5MM AZUL PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 2,5MM BRANCO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 2,5MM PRETO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 2,5MM VERDE AMARELA PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO PEÇA C/100 METROS		2	UNIDADE		
CABO FLEXIVEL 4,0MM AZUL PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 4,0MM VERDE PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO FLEXIVEL 6,0MM PRETO PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CABO MULTIPLEX TRIFASICO 3P+N ALUMINIO 16MM		400	METRO		
CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P + N ALUMINIO 3X35 + 35MM		600	METRO		
CABO PP 3 X 1,5 MM PEÇA C/ 100M		4	PEÇA		
CABO PP 3 X 4 MM PEÇA C/ 100M		4	PEÇA		
CABO PP 4 X 2,5 MM PEÇA C/ 100M		8	PEÇA		
CABO UTP CATEGORIA 5 (CABO DE REDE E DADOS)		2	CAIXA		
CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO TRIFASICA METALICA.		4	UNIDADE		
CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO,TRIFASICA PLASTICA		4	UNIDADE		
CANALETA PERFURADA 25X25 VARA C/2 METROS		12	VARA		
CHAVE DE PARTIDA RAPÍDA P/MOTOR DE 3CV TRIFASICO		4	UNIDADE		
CHAVE DE PARTIDA RAPIDA P/MOTOR DE 5CV TRIFASICO		4	UNIDADE		
CHAVE SECIONADORA 3 POSIÇÕES 2 FUNÇÕES 45° AUTOMATICA/MANUAL		20	UNIDADE		

[Handwritten signature]

CONTATORA FORÇA 25		10	UNIDADE		
CORDÃO PARALELO 2,5MM PEÇA C/100 METROS		2	PEÇA		
CORDÃO PARALELO 2 X 1,50 PEÇA C/ 100M		2	PEÇA		
DISJUNTOR MONOFASICO 16 AMPERES		24	UNIDADE		
DISJUNTOR MONOFASICO 20 AMPERES		16	UNIDADE		
DISJUNTOR NOFUSE 150 AMPERES		4	UNIDADE		
DISJUNTOR NOFUSE 250 AMPERES		4	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 10 AMP		16	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 20 AMPERES		12	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 25 AMPERES		12	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 32 AMPERES		12	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 40 AMPERES		6	UNIDADE		
DISJUNTOR TRIFASICO 63 AMPERES DIN		6	UNIDADE		
ELETRODUTO RIGIDO DE 1 VARA 3 METROS		40	VARA		
ELETRODUTO RIGIDO DE 1.1/2 VARA 3 METROS		40	VARA		
ELETRODUTO RIGIDO DE 3/4 VARA 3 METROS		40	VARA		
ELETRODO DE NIVEL TIPO PENDULO		60	UNIDADE		
FUSIVEL NH00 150 AMPERES		2	CAIXA		
FUSIVEL NH00 100 AMPERES		2	CAIXA		
FUSIVEL NH00 ULTRA-RAPIDO 63 AMPERES		4	CAIXA		
FUSIVEL TIPO D 10 AMPERES		2	CAIXA		
FUSIVEL TIPO D 16 AMPERES		4	CAIXA		
FUSIVEL TIPO D 2/4 AMPERES		2	CAIXA		
FUSIVEL TIPO D 20 AMPERES		2	CAIXA		
HASTE DE COBRE P/ ATERRAMENTO 5/8 X 2,00M		30	UNIDADE		
INTERRUPTOR POR SENSOR DE PRESENÇA		8	UNIDADE		
LAÇO PREFORMADO P/ CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P+N ALUMÍNIO 16 AWG		40	UNIDADE		
LÂMPADA FLUORESCENTE 25W COMPACTA		30	UNIDADE		
LÂMPADA FLUORESCENTE 32W COMPACTA		30	UNIDADE		
LAMPADA FLUORESCENTE 40W COMPACTA		30	UNIDADE		

(Handwritten signature)

LAMPADA FLUORESCENTE 15W COMPACTA		30	UNIDADE		
LAMPADA LED 12W		30	UNIDADE		
LAMPADA LED 9W		30	UNIDADE		
LAMPADA DE VAPOR METALICO 70W		20	UNIDADE		
LUMINARIA PARA POSTE COM SOQUETE E PARAFUSO 350,PORCA E RUELAS		20	UNIDADE		
MINICONTATORA 2 NA 2 NF 0422E		10	UNIDADE		
MINICONTATORA 3 NA 1 NF 0431E		10	UNIDADE		
PROTETOR DE SURTO 275V 45KA		20	UNIDADE		
QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 300 X 300 X 200		6	UNIDADE		
QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 400 X 300 X 200		6	UNIDADE		
QUADRO SISTEMA VDI 40X40		2	UNIDADE		
REATOR P/LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 70WATS		20	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 11 A 17 RW17		6	UNIDADE		
RELE DE COMANDO A DISTANCIA 220V		10	UNIDADE		
RELE DE NIVEL 220/380V		60	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW17		8	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 05 A 07 RW17		8	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW27		10	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 07 A 10 RW27		10	UNIDADE		
RELE DE SOBRECARGA 15 A 23 RW27		4	UNIDADE		
RELE DE TEMPO 0 A 30 SEGUNDOS - 220 V		4	UNIDADE		
RELE DE TEMPO MULTIFUNCIONAL TMF-02MM 24-240 VCA		8	UNIDADE		
RELE FALTA DE FASE E NEUTRO		20	UNIDADE		
RELE FOTOELETRONICO C/BASE NF P/ POSTE		10	UNIDADE		
RELE SUPERVISORIO DE (MAXIMA E MINIMA)380V		4	UNIDADE		
RELE DE TEMPO ESTRELA/TRIANGULO 220V X 100MS		4	UNIDADE		
SINALEIRO AMARELO 220 V CAIXA C/ 10 UND		2	CAIXA		
SINALEIRO AZUL 220V CAIXA C/10 UNIDADES		2	UNIDADE		
SINALEIRO BRANCO 220 V CAIXA C/ 10 UND		2	CAIXA		
SINALEIRO VERDE 220 V CAIXA C/ 10 UND		4	CAIXA		

Q

SINALEIRO VERMELHO 220 V CAIXA C/ 10 UND		4	CAIXA		
SINALEIRO P/ PAINEL DE COMANDO 220V COM SINALEIRO INTERNITENTE		4	UNIDADE		
TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO FORQUILHA		400	UNIDADE		
TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO PINO		400	UNIDADE		
TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO FORQUILHA		400	UNIDADE		
TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO PINO		400	UNIDADE		
TIMER PROGAMAVEL DIGITAL P/ TRILHO DIM 220V		30	UNIDADE		
TOMADA RJ 45 CATEGORIA 5 COM 8 FIOS		16	UNIDADE		
TOMADA RJ 11 4 FIOS		16	UNIDADE		
VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61 A500V		12	UNIDADE		
VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61 0 A 250V		12	UNIDADE		
FITA ISOLANTE 20 METROS		300	UNIDADE		
FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO		200	UNIDADE		

TOTAL R\$

LOTE II

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
ARAME FARPADO ROLO C/500M.		30	ROLO		
ARAME GALVANIZADO Nº18.		120	QUILO		
BARRA CHATA 2½ X 5/16" VARA C/ 6M		40	VARA		
BARRA CHATA 2 X 1/8 VARA COM 06 METROS		60	VARA		
BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/2".		30	METRO		
BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/4".		60	METRO		
BARRA ROSQUEÁVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 5/16"		80	METRO		
CANO GALVANIZADO 1"		20	VARA		
CHAPA DE FERRO Nº 18 TAMANHO 2,00 X 1,20M		10	FOLHA		
CHAPA DE FERRO Nº 14 TAMANHO 2,00 X 1,00M		20	UNIDADE		
ZINCO Nº 28 1,2MM		30	METRO		
ZINCO Nº 28 1MM		30	METRO		
SOLDA 2,5MM		60	QUILO		
SOLDA 3,25MM		60	QUILO		
PREGO 1 1/2 X 14MM		20	QUILO		

h

PREGO 1 X 15MM		20	QUILO		
PREGO 1" X 16MM		20	QUILO		
PREGO 3 X 8MM		20	QUILO		
CANTONEIRA DE FERRO 5/8 X 1/8" VARA C/6M		10	VARA		
FERROLHO P/ PORTÃO DE FERRO C/ SUPORTE PARA CADEADO		40	UNIDADE		
DOBRADIÇA P/PORTA DE MADEIRA .		90	UNIDADE		
DOBRADIÇA 5/8" P/ PORTA DE FERRO		40	UNIDADE		
SILICONE TRANSPARENTE 280G		40	UNIDADE		
SILICONE TRANSPARENTE 50G		40	UNIDADE		
TRINCHA 2 1/2"		60	UNIDADE		
CORDA DE SEDA 10 MM		80	QUILO		
LIXA DE DISCO Nº 36		40	UNIDADE		
TELHA DE CERAMICA TIPO COLONIAL		6	MILHEIRO		
TIJOLO FURADO		20	MILHEIRO		
BRITA.		24	METRO CÚBICO		
CIMENTO CP II Z-32 (50KG)		300	SACO		
CAL HIDRATADO (SACO 20KG)		60	SACO		
IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETO 3,6L		60	GALÃO		
PISO 46X46CM CAIXA C/2M(PI)		20	CAIXA		
LINHA (0,07 X 0,014 X 7 METROS)		100	METRO		
PORTA DE MADEIRA MACIÇA TAM 0,80 X 2,10M		30	UNIDADE		
MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM BARROTES.		200	METRO		
MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM TABUAS.		200	METRO		
SOLVENTE 900ML		140	UNIDADE		
SPRAY ANTI FERRUGEM		60	UNIDADE		
TINTA ESMALTE 3,6L CORES DIVERSAS		20	GALÃO		
TINTA LATEX 18L P/ PISO COR BRANCO		4	LATÃO		
TINTA LATEX 18L P/ PISO COR CINZA		4	LATÃO		
TINTA LATEX ACRÍLICA, ALTO RENDIMENTO, 18L P/ PAREDE P/ AMBIENTES EXTERNOS		10	LATÃO		
KIT CAVALETE 3/4"		100	UNIDADE		
FITA VEDAROSCA, 18 MM X 50 M		600	UNIDADE		
LAMINA DE SERRA RIGIDA 32 DENTES		2000	UNIDADE		
CADEADO 30 MM		20	UNIDADE		
CADEADO 35MM		60	UNIDADE		

2

CADEADO 40 MM		12	UNIDADE		
CADEADO 50MM.		20	UNIDADE		
LUVA DE RASPA LONGA		30	PAR		
LUVA DE PANO PIGMENTADA.		100	PAR		
LUVA DE VAQUETA (Especificação : Luva de segurança confeccionada em Vaqueta natural, reforço interno na palma, elástico de ajuste embutido no dorso, acabamento no punho com viés. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, escoriantes e perfurantes.)		40	PAR		
LUVA LATEX TAM M		50	PAR		
LONA DE PLÁSTICO PRETA C/ 6M DE ALTURA		100	METRO		
MARTELO Nº.25 CABO DE MADEIRA.		30	UNIDADE		
COLHER DE PEDREIRO 10"		20	UNIDADE		
ENXADA 2,5 LIBRAS C/ CABO		30	UNIDADE		
ALAVANCA 1,5M RUSGADA		6	UNIDADE		
PA DE BICO 21 CM		30	UNIDADE		
PICARETA CHIBANCA 4 LIBRAS COM CABO		40	UNIDADE		
REGUA DE ALUMINIO		6	METRO		
ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM		40	UNIDADE		
ROLO DE LÃ PARA PINTURA 9CM		40	UNIDADE		
BANDEJA P/PINTURA 23CM.		20	UNIDADE		

TOTAL R\$

LOTE III

MATERIAL HIDRAULICO

DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
MANGUEIRA PARA SUCÇÃO DE 6 POLEGADAS		400	METRO		
ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 20X1/2"		200	UNIDADE		
ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 25 X 3/4"		800	UNIDADE		
ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/REGISTRO, 50 X 1 1/2"		200	UNIDADE		
ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 60 X 2".		200	UNIDADE		

Handwritten signature

ADAPTADOR PVC SOLD.CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO, 110 X 4"		10	UNIDADE		
ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 85 X 3"		20	UNIDADE		
BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 60 X 50MM		100	UNIDADE		
BUCHA PVC RED. SOLDAVEL CURTA 25 X 20MM		1200	UNIDADE		
BUCHA PVC RED. SOLDAVEL CURTA 32 X 25MM		400	UNIDADE		
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 110X85MM		24	UNIDADE		
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 110X60MM		12	UNIDADE		
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 60X50MM		40	UNIDADE		
CAP PVC ROSC.3"		24	UNIDADE		
CAP PVC SOLDAVEL 25MM		1000	UNIDADE		
CAP PVC SOLDAVEL 32 MM		100	UNIDADE		
CAP PVC SOLDAVEL 60 MM		200	UNIDADE		
CAP PVC SOLDAVEL 75MM		20	UNIDADE		
COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL DE 110 X 3/4"		20	UNIDADE		
COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 60 X 3/4"		200	UNIDADE		
COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAIDA ROSCAVEL 75 X 3/4"		12	UNIDADE		
COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 85 X 3/4"		20	UNIDADE		
COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 32 X 3/4"		40	UNIDADE		
CURVA 45° PVC JE PB PBA DN 75 DE 85MM		4	UNIDADE		
JOELHO 90° SOLDAVEL 110MM PVC		8	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25MM		4000	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32MM		600	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 40MM		100	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 50MM		100	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 60MM		300	UNIDADE		
JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 85MM		8	UNIDADE		
JOELHO PVC LR 25X3/4"		2000	UNIDADE		
JOELHO ROSCAVEL 1X3/4" BRANCO		24	UNIDADE		

[Handwritten signature]

LUVA DE CORRER 25MM, PVC, C/ANEL	200	UNIDADE	
LUVA DE CORRER 32MM, PVC, C/ANEL	12	UNIDADE	
LUVA DE CORRER 40MM, PVC, C/ANEL	40	UNIDADE	
LUVA DE CORRER DE50MM, PVC, C/ANEL	20	UNIDADE	
LUVA DE CORRER PVC JE DN50/DE60, C/ ANEL	500	UNIDADE	
LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN75/DE85, C/ ANEL	100	UNIDADE	
LUVA DE CORRER P/TUBO DEFOFO JE DN 150MM	30	UNIDADE	
LUVA DE CORRER PBA DN100 MM / DE110 MM, PVC, C/ ANEL	100	UNIDADE	
LUVA DE UNIÃO PVC SODAVEL 25MM	40	UNIDADE	
LUVA DE UNIÃO PVC SOLDABEL 32MM	20	UNIDADE	
LUVA DE UNIÃO PVC SOLDABEL 50MM	12	UNIDADE	
LUVA PVC ROSCÁVEL DE 2"	24	UNIDADE	
LUVA PVC ROSCÁVEL DE 3"	12	UNIDADE	
LUVA PVC LR 25 X 3/4"	3000	UNIDADE	
LUVA PVC ROSCÁVEL 3/4" BRANCA	800	UNIDADE	
LUVA PVC SOLDABEL 25 MM	4000	UNIDADE	
LUVA PVC SOLDABEL 32 MM	500	UNIDADE	
LUVA PVC SOLDABEL 40 MM	160	UNIDADE	
LUVA PVC SOLDABEL 50 MM	200	UNIDADE	
LUVA PVC SOLDABEL 60 MM	600	UNIDADE	
REGISTRO DE ESFERA C/BORBOLETA ROSCAVEL 3/4" PVC	1000	UNIDADE	
REGISTRO PVC SOLD. 60MM	30	UNIDADE	
REGISTRO PVC SOLD. 50MM	20	UNIDADE	
REGISTRO SOLDABEL 40MM	20	UNIDADE	
REGISTRO PVC SOLD. 32MM	40	UNIDADE	
REGISTRO PVC SOLD. 25MM	100	UNIDADE	
TE PVC BBB PBA DN 100 DE 110MM C/ANEL	6	UNIDADE	
TE PVC BBB PBA DN 75 DE 85MM C/ANEL	6	UNIDADE	
TE DE REDUÇÃO 90°PVC SOLDABEL 32 X 25MM.	120	UNIDADE	
TE DE REDUÇÃO 90° PVC SOLDABEL 40 X 25MM.	40	UNIDADE	
TE PVC LR 25X3/4	200	UNIDADE	
TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM	600	UNIDADE	
TÊ PVC SOLDÁVEL 32MM	100	UNIDADE	
TÊ PVC SOLDÁVEL 60MM	80	UNIDADE	

Handwritten signature

VENTOSA PVC 3/4		20	UNIDADE		
VENTOSA PVC 1		20	UNIDADE		
ANEL DE BORRACHA DN 110MM		100	UNIDADE		
ANEL BORRACHA P/TB PBA DN 50 DE 60MM		160	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3/4"		20	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1		20	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 2",		40	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 4		8	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3"		10	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1. 1/2"		24	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1.1/4"		20	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB FF JE PN 100, P/ T DN 300MM		4	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB FF JE PN 100, P/T DN 150 MM		12	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ B BB FF JE PN 100, P/ TB 110MM		30	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ BOLSA BB F.F. JE PN 100 C/ANEL P/ TUBO 85MM		16	UNIDADE		
REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/ B BB FF JE PN 100, P/ TB 60MM		40	UNIDADE		
VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 1.1/2", BRONZE		8	UNIDADE		
VALVULA DE RETENÇÃO VERTICAL 1.1/2 DISCO DE BRONZE		10	UNIDADE		
VALVULA DE SUCÇÃO DE 4,BRONZE COM ROSCA INTERNA		8	UNIDADE		
VALVULA DE SUCÇÃO DE 6,BRONZE COM ROSCA INTERNA		4	UNIDADE		
VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 2" BRONZE		8	UNIDADE		
VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 3" BRONZE		8	UNIDADE		
TUBO PEAD PN 10 315MM,6 METROS COM FLANGE 8 FUROS NAS EXTREMIDADES		40	VARA		
TUBO DEFOFO 150MM 1MPA JEI 6 M		60	VARA		

(Handwritten mark)

TUBO PVC JEI PBA DN 100/DE110 CL12		300	VARA		
TUBO PVC JEI PBA DN 75/85MM CL 12		300	VARA		
TUBO PVC JEI PBA DN 50 DE 60MM CL 12		2000	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 75MM (DE) CL 12		30	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 50MM CL 12		80	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 40 MM		600	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 32MM		2000	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM		3000	VARA		
TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 20MM		100	VARA		
TUBO ROSCAVEL 1.1/2		100	VARA		
TUBO ROSCAVEL 2"		80	VARA		
TUBO ROSCAVEL 3"		40	VARA		
LACRE DE PORCA, 3/4		3000	UNIDADE		
ADESIVO PLASTICO P/ TUBOS, 75 G		300	UNIDADE		
VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 2 BRONZE		12	UNIDADE		
ARRUELA DE VEDAÇÃO FLEXIVEL 3/4" PARA HIDRÔMETRO		25000	UNIDADE		
HIDRÔMETRO UNIJATO MAGNÉTICO CLASSE B 1,5M ³ /H. (Especificação : HIDROMETRO UNIJATO, MAGNETICO DE 1,5M ³ /H X 3/4, CLASSE "B" COM CONEXÃO EM METAL, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT.)		5000	UNIDADE		

TOTAL R\$

h



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº: *****
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, E DO OUTRO A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O município, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 07.963.515/0001-36, com sede de sua Prefeitura Municipal na Praça Monsenhor José Cândido, nº 100 – Centro – Boa Viagem – Ceará - CEP 63.870-000, através do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE), neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o nº **2019.02.11.1-PE**, cujo objeto é o _____, em conformidade com o Decreto Municipal nº 108 de 28 de março de 2017, Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de Agosto de 2018, Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O presente contrato tem como objeto é _____, tudo em conformidade com as condições e especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência – ANEXO I do Edital do Processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019.02.11.1-PE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____(_____), conforme:

Item	Descrição dos Itens	Unid	Quant	Marca	Unit.	Total
					TOTAL	

A ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.5. Por ocasião do fornecimento deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ** de ***** de 20**, admitindo-se, porém, a prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal n.º 108/2017, de 28 de março de 2017.

4.2. No caso do material, objeto do presente contrato, ser entregue na sua totalidade, antes da data de término do contrato, fica o referido contrato automaticamente expirado.

4.3. Independente da quantidade de cada LOTE deste contrato à administração ficará no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

4.4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O fornecimento dos bens licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS, pelo Órgão Gestor, constando a quantidade de produtos a serem **entregues** até no máximo **05 (CINCO) DIAS CORRIDOS**, a contar da data de recebimento da ordem de compra.

4.4.1. A ORDEM DE COMPRA será emitida será via fax ao seu numero de telefone ou via e-mail ao seu endereço eletrônico, ficando o mesmo obrigado a confirmar o recebimento também via fax e/ou e-mail com assinatura/nome e CPF do funcionário que recebeu, sujeito as penalidades especificadas neste edital.

4.4.2. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que emitirá o atesto declarando a entrega dos bens.

4.4.3. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.4.4. O aceite dos bens pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

4.4.5. Os itens licitados deverão obedecer a um cronograma de entrega, entregues de forma fracionada, de acordo com a necessidade e conveniência do órgão interessado e disponibilidade financeira durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS pelo Órgão Gestor, constando o local e a quantidade de produtos a serem **entregues**.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações correrão à conta de ***** nas dotações orçamentárias: ***** consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes de cada Órgão/Entidade participante do **SRP(Sistema de Registro de Preços)**.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal n.º 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 108/2017.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

a) executar o fornecimento dos materiais licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais.

- sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) entregar os materiais de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os materiais recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/Termo de Referência do Objeto, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- o) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- p) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- q) informar nas embalagens de transporte dos materiais, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/fabricante, quantidade em cada caixa, número do Contrato, nº e data da Ordem de Fornecedor e o nome da fornecedora/fabricante;
- r) manter, durante a vigência da Ata de SRP/contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.1. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico/Termo de Referência do Objeto, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta de Preços, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de BOA VIAGEM e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de BOA VIAGEM pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ORDEM DE COMPRA no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.5. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

7.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, independentemente de interpelação judicial, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

[Assinatura]

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. O foro da Comarca de BOA VIAGEM é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VIAGEM-CE, ** de ***** de ****.

MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM
<NOME DO GESTOR>

<NOME DA EMPRESA>
<NOME DO REPRESENTANTE>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF. Nº _____
2. _____ CPF. Nº _____